



CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EMPREITADA DE "REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS - CENTRO HISTÓRICO - 1.ª FASE - RUA DR. ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA RIBEIRO" ADJUDICADA À SOCIEDADE COMERCIAL PLANO MINHO - UNIPESSOAL, LDA, DE PAREDES DE COURA [PO 215/2017] -----

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia **13 de junho de 2017**, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, Chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), atualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar de Aldeia, Freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de presidente da referida Câmara Municipal, em representação do **Município de Arcos de Valdevez**, pessoa colectiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e de harmonia com as deliberações da Câmara Municipal de 24 de maio de 2017, que autorizou a celebração do contrato, e de 12 de Junho de 2017, que aprovou a respectiva minuta, como primeiro outorgante; e -----

Paulo Filipe Martinho de Freitas, titular do Cartão de Cidadão n.º 11126966 OZY8, válido até 09/1/2019, residente na lugar de Santinha, freguesia de Paço Vedro de Magalhães, concelho de Ponte da Barca, que outorga, na qualidade de **procurador**, em representação da sociedade comercial por quotas, denominada "**PLANO MINHO - UNIPESSOAL, LDA**", com sede na Rua 25 de Abril, n.º 53 - 1, na vila e concelho de Paredes de Coura, matriculada na Conservatória do Registo Comercial daquele concelho sob o número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva **510 188 265**, com o capital social de € 5.000,00, como segundo outorgante, a fim de reduzir a escrito o respetivo contrato que se regula pelas cláusulas seguintes: -----

----- Primeira -----

A Câmara Municipal, representada do primeiro outorgante, na sua mencionada reunião ordinária de **24 de maio de 2017**, deliberou adjudicar, mediante Concurso Público, nos termos

do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, doravante designado por CCP, à representada do segundo outorgante, a empreitada de **“REABILITAÇÃO DE ESPAÇOS URBANOS – CENTRO HISTÓRICO – 1.ª FASE – RUA DR. ANTÓNIO JOSÉ PIMENTA RIBEIRO”**. -----

----- Segunda -----

O preço contratual é de € 209.164,98 (duzentos e nove mil cento e sessenta e quatro euros e noventa e oito cêntimos), a que acresce o Imposto de Valor Acrescentado, à taxa de 6%, da importância de € 12.549,90 (doze mil quinhentos e quarenta e nove euros e noventa cêntimos). -----

----- Terceira -----

A empreitada tem por objeto os trabalhos constantes da respectiva lista contratual de preços unitários, os quais serão iniciados no primeiro dia útil a seguir ao da data da consignação, e concluídos no prazo de **100 dias**, incluindo sábados, domingos e feriados, a contar dessa mesma data. -----

----- Quarta -----

A consignação da obra deverá estar concluída no prazo de **30 dias úteis** após a assinatura deste contrato. -----

----- Quinta -----

A medição dos trabalhos executados far-se-á mensalmente, de acordo com o estipulado no artigo 388º do CCP, sendo os respetivos pagamentos efectuados no prazo de 60 dias, de acordo com o artigo 299º, nº 4, do mesmo Código. -----

----- Sexta -----

O prazo de garantia da obra, durante o qual a representada do segundo outorgante está obrigada a corrigir todos os defeitos da mesma, é o definido no nº 2 do artigo 397º do CCP. -----

4-9-

----- Sétima -----

Ao incumprimento do contrato são aplicáveis as regras dos artigos 325º e seguintes do CCP. -----

----- Oitava -----

As revisões de preços são reguladas pelas disposições do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro, sendo efetuadas segundo a fórmula fixada no caderno de encargos que integra este contrato: **F 09 – Arranjos Exteriores.** -----

----- Nona -----

O encargo total deste contrato é o do valor da adjudicação, acrescido das revisões de preços legalmente exigíveis, e do Imposto Sobre o Valor Acrescentado, sendo a classificação orçamental respectiva, do ano corrente, a seguinte: -----

Classificação orgânica - Capítulo **02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais. -----

Classificação económica - **Agrupamento 07** – Aquisição de Bens de Investimento; **Subagrupamento 01** – Investimentos; **Rubrica 04** – Construções diversas; e **Alínea 01** – Viadutos, arruamentos e obras complementares. -----

Classificação Funcional – **24202.** -----

----- Décima -----

Pela adjudicatária foi apresentada a garantia bancária n.º **962300488022604**, emitida em 09-06-2017, pelo Banco Santander Totta, SA, do valor de € **10.458,25** (dez mil quatrocentos e cinquenta e oito euros e vinte e cinco cêntimos), correspondente a 5 % do preço contratual, que fica arquivada com o presente contrato, válida até à receção definitiva da empreitada, sem prejuízo da aplicação do regime de liberação da caução previsto no CCP. -----

----- Décima Primeira -----

O presente contrato **não está sujeito** a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, designadamente, o Código dos Contratos Públicos, e legislação complementar. -----

A.S.

----- **Décima Segunda** -----

1 – **Fazem parte integrante deste contrato:** -----

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 61º do CCP; -----
- b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao caderno de encargos; -----
- c) O caderno de encargos; -----
- d) A proposta adjudicada. -----

[Handwritten signature]

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

----- **Décima Terceira** -----

Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

[Handwritten signature]

----- **Décima Quarta** -----

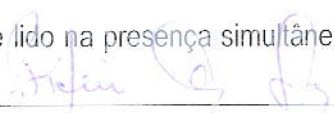
O segundo outorgante declara aceitar, para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados, -----




----- **Décima Quinta** -----

Que se obriga a realizar todos os trabalhos dentro das boas normas de execução e nos termos da respectiva proposta e do caderno de encargos, cumprindo todas as instruções que para esse fim lhe forem transmitidas pelos Serviços da dita Câmara Municipal. -----

Foram apresentados pelo segundo outorgante os seguintes documentos, que ficam arquivados com o presente contrato: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **25-05-2017**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Paredes de Coura, em **26-05-2017**, comprovativa de que a referida sociedade tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses;

c) Alvará de construção nº 68727-PUB, válido por tempo indeterminado; d) Certidão Permanente do Registo Comercial com o código de acesso 1418-8571-8280, subscrita em 15-11-2016 e válida até **15-11-2017**, com os elementos respeitantes à matrícula da referida sociedade; e) **Procuração** conferida em **01-09-2015** ao segundo outorgante, com poderes para este ato; f) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; g) Declaração ANEXO II, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar se lavrou o presente contrato que vai ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim,  Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----

Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº **68/029/2017**.

RE-GISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **27/2017**